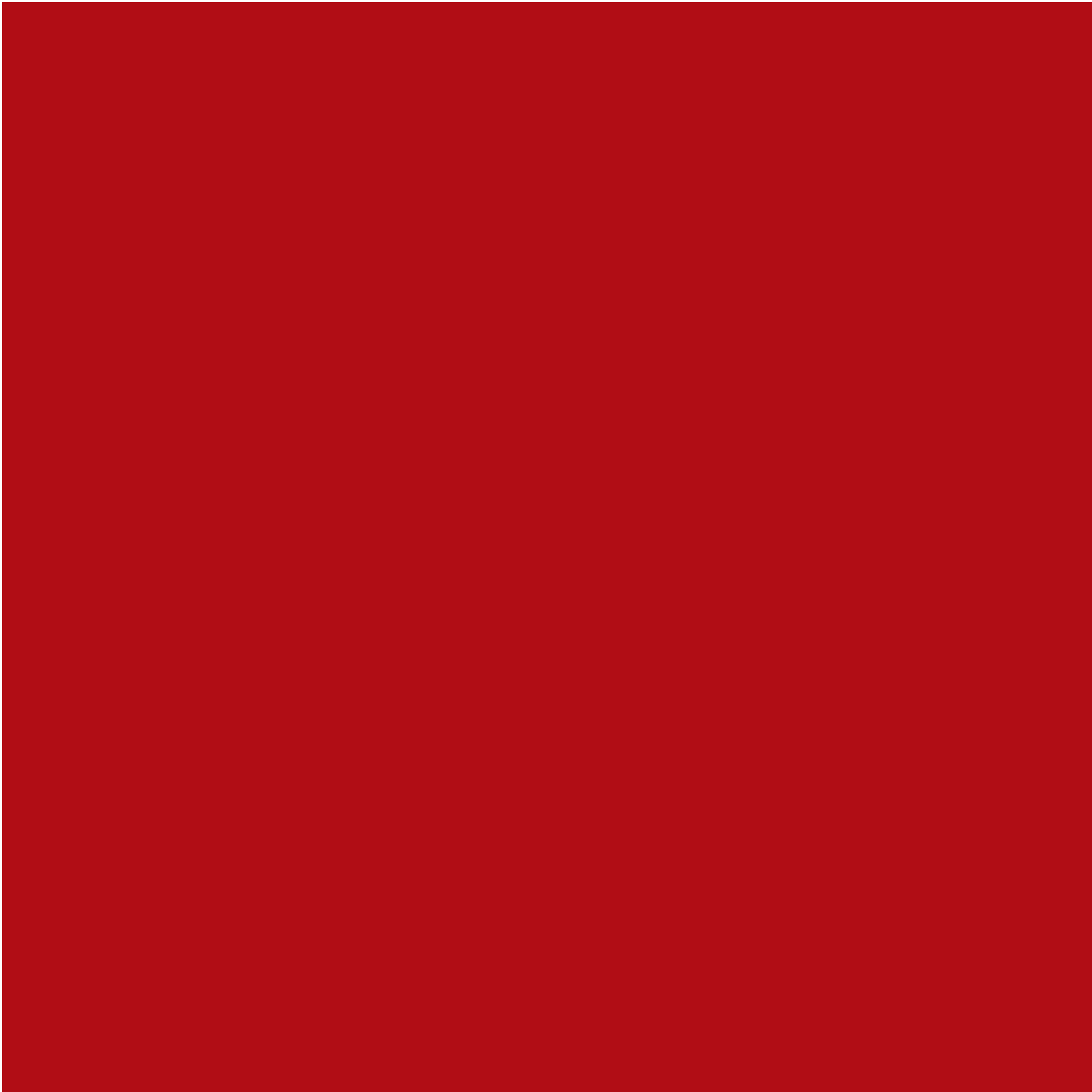




Antonio M. Martins



“Uma cabeça verdadeiramente política deve ser fria como uma pedra,
e em seus cálculos jamais entram afeições ou ódios pessoais”

D. António Alves Martins

09^o. Antonio Alves Martins - da Granja d'Alcy - 1-2-3-4-5-
16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-
44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-
70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-
97-98-99-100-101-102-103-104-105-106-107-108-109-110-111-112-113-114-
122-123-124-125-126-127-128-129-130-131-132-133-134-135-136-137-
143-144-145-146-147-148-149-150-151-152-153-154-155-156-157-158-
164-165-166-167-168-169-170-171-172-173-174-175-176-177-178-
184-185-186-187-188-189-190-191-192-193-194-195-196-197-198-199-
205-206-207-208-209-210-211-212-213-214-215-216-217-218-219-220-
225-226-227-228-229-230-231-232-233-234-235-236-237-238-239-
244-245-246-247-248-249-250-251-252-253-254-255-256-257-258-
264-265-266-267-268-269-270-271-272-273-274-275-276-277-278-279-
285-286-287-288-289-290-291-292-293-294-295-296-297-298-299-
305-306-307-308-309-



D. ANTÓNIO ALVES MARTINS (1808-1882) BISPO DE VISEU

Eleito para as seguintes legislaturas: 1842-1845, por Trás-os-Montes (juramento a 7.1.1843); 1851-1852, pelo Porto (juramento a 25.5.1852); 1853-1856, pela Guarda (juramento a 31.1.1853); 1858-1859, por Portalegre (juramento a 21.6.1858); 1860-1861, por Alijó (não consta o dia do juramento); 1861-1864 (juramento a 31.12.1861). Tomou assento como par do Reino em 26.1.1864.

Nascido em 18 de Fevereiro de 1808 na Granja de Alijó numa «honrada e laboriosa família de lavradores», filho de José Alves Martins e de Bernarda Pereira, o futuro jornalista, deputado, ministro, par do Reino, bispo de Viseu e chefe do Partido Reformista (1868-1876) tomou com 16 anos o hábito franciscano da Congregação da Terceira Ordem no Convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa. Um ano depois, concluído o noviciado e tomados os votos, mudou-se para Évora (1825), onde estudou Filosofia no Colégio do Espírito Santo. No ano seguinte matriculou-se no Colégio das Artes em Coimbra e aí frequentou aulas de Matemática, Filosofia e Teologia. Quando cursava o 3.º ano de Filosofia foi dado como cúmplice do levantamento liberal contra D. Miguel que eclodiu no Porto em 16.5.1828 e viu-se, em consequência, expulso da Universidade. Acompanhou as tropas liberais quando estas evacuaram Coimbra e chegou a assentar praça no Regimento de Voluntários de Alijó. Com o colapso do levantamento, regressou à vida conventual, onde o miguelismo o foi buscar em 1832 a fim de exercer o cargo obrigatório de capelão da Armada na fragata *Pérola*. Lembrado então do passado liberal do clérigo, o regime prendeu-o na cadeia de Coimbra, julgou-o e condenou-o à morte por fuzilamento juntamente com outros três réus. Todos eles se evadiram a caminho da execução marcada para Viseu (28.1.1832), tendo conseguido, após inauditas agruras, entregarem-se em Leiria ao futuro visconde do mesmo nome, na altura o tenente-coronel Vasconcelos. Terminada a guerra civil entre liberais e absolutistas (1832-1834), Alves Martins retomou os estudos em Coimbra, em 1837 doutorou-se em Teologia, e em 1839 obteve por concurso o lugar de professor de Geografia e História no Liceu Nacional do Porto. Em 1845 foi nomeado lente de Teologia na Universidade de Coimbra, vindo a renunciar à cátedra a fim de tomar posse de um canonicato na Sé Patriarcal de Lisboa (1852). Entretanto, iniciara-se em 1842 na Maçonaria na loja Legalidade, n.º 1200, do Porto, onde tinha o grau 3.º e desempenhou



o cargo de orador adjunto. Tendo a sua veia política despertado quando jovem estudante, não permaneceu à margem das lutas políticas em que liberais e «radicais» se envolveram logo após a restauração constitucional de 1834. Opôs-se à Revolução de Setembro de 1836 e veio a ser preso por alegada cumplicidade na revolta cartista chamada «dos marechais» (Julho-Agosto de 1837). Mas é só a partir de 1842, quando é eleito deputado por Trás-os-Montes, que a carreira pública de Alves Martins adquire notoriedade. No início daquele ano, Costa Cabral encabeçara a partir do Porto, com a cooperação do marechal duque da Terceira, um pronunciamento militar que forçou a rainha a repor em vigor a Carta Constitucional de 1826 (Decreto de 10.2.1842). Alves Martins apoiou a restauração porque, segundo explicou à Câmara, era «cartista do coração» e esperava que a «vinda desse Código» ministrasse a salvação dos viticultores do Douro (sessão de 13.2.1843). Mas, conforme também explicou no estilo franco e até desabrido que seria a sua marca distintiva, um só ano desvanecera «esta ilusão»: «legislou-se em contadorias, em economias e outras fantasmagorias, e o infeliz Douro não lembrou mais ao Governo» (*idem*). Em Outubro de 1844, votou contra o *bill* de indemnidade pedido por Costa Cabral para os actos da ditadura que o Governo assumira durante a repressão da revolta setembrista de Torres Novas (Fevereiro-Abril de 1844). Até ao fim da legislatura (1845) conservou-se na oposição, não sendo possível saber ao certo a partir de que altura germinou nele a propensão democrática que o transformaria, para finais dos anos da década de 1850, numa das figuras carismáticas do «radicalismo». Dada a sua personalidade, esta evolução não surpreende: por trás do político recto, frontal e até ríspido havia um homem austero, modesto e dominado pela compaixão. A sua oratória parlamentar era rude, raramente andava de carruagem e distribuí-a o que tinha pelos pobres que encontrava na rua. Desempenhou o cargo de enfermeiro-mor do Hospital de São José (1861-1862) com eficácia e zelo humanitário que por todos lhe foram reconhecidos.



CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DA SECRETARIA

Boletim para a organização do registo do Pariato Portuguez

— 2.20.20.2 —

Nome do Digno Par *D. António Alves da Costa*

Título honorífico (se o tiver) *Barão da Ligeira*

Por nomeação regia. *Data da Carta Regia*
Data da posse

Data e numero do parecer
Data da posse
Por successão *Como successor de* *o Digno Par*

Em que qualidade
Por direito proprio. *Data do auto de posse*
Data da posse *26 de Janeiro de 1869*

Ocupação official do Digno Par

Idade quando tomou ao Pariato *56 annos*

Se foi deputado, indicação das legislaturas *1842, 1845, 1851, 1852, 1853, 1856, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863*

Se foi par electivo, indicação das legislaturas

Se foi ministro d'Estado, indicação das epochas e pastas que exerceu *Ministro da Guerra*
de 22 de Junho de 1858 a 11 de Agosto de 1859, - Ministro da Justiça - interino,
de 2.º de Junho a 11 de Agosto de 1863, a 18 de Junho a 24 de Julho de 1867
Ministro da Guerra de 27 de Agosto de 1870 a 30 de Janeiro de 1871, Ministro
da Instrução Publica, interino, de 27 de Agosto a 31 de Dezembro de 1870
Justiça, interino, de 12 de Setembro a 23 de Outubro de 1870

Se já exerceu o cargo de presidente, vice-presidente ou supplente d'presidência, indicação das epochas e data das respectivas Cartas Regias

Se já exerceu o cargo de Secretario ou de Vice-Secretario, indicação das epochas e datas da eleição

Se foi presidente ou vice-presidente da Camara dos Senhores Deputados, indicação das epochas e datas da nomeação regia

Se foi secretario ou vice-secretario da Camara dos Senhores Deputados, indicação das epochas e datas da eleição

Send'o Conotheiro d'Estado, data da Carta Regia de nomeação

Se dá direito a successão, nome do seu successor

Outras indicações que os Dignos Pares entendam conveniente fazer, para uma boa organização de regido do Pariato Portuguez - *elabora-se a proposta de reforma da legislação - elabore-se em 18 de fevereiro de 1813*

*Fez-se em 5 de Fevereiro de 1813 no Paço de Frontal,
por D. João, de 8 horas da manhã, tendo 74 annos.*

Lisboa, de de 18

O Digno Pár

Durante a guerra civil de 1846-1847 alinhou, naturalmente, pelo lado da «Patuleia», da qual deixou uma crónica instrutiva (*O nove de Outubro*). Nos anos de 1848-1849, ausente do Parlamento, faz-se ouvir através de colaboração assídua n'*O Nacional*, um órgão do «radicalismo» no Porto. Depois da Regeneração (Abril de 1851) reaparece no Parlamento, eleito pelo Porto. Invocou doutrina herética em favor de uma aprovação incondicional do *bill* de indemnidade pedido pelo governo Saldanha para as várias dezenas de decretos ditatoriais de 1851, que a seu ver «não se deviam sujeitar a discussão nenhuma»: «pode ser única esta minha opinião na Câmara; mas nem por isso desisto dela» (sessão de 10.7.1852). A independência de carácter, a firmeza das convicções, a determinação da vontade talhavam-no para líder. Com o andar dos anos, foi agregando à sua volta um pequeno círculo de «14 ou 15» fiéis, «um grupozinho» que, apesar de «muito pequenino», lhe permitia gabar-se de ter «ajudado a levantar muitos ministros, e a derribar outros» (sessão de 17.3.1862). Em 1862 foi apresentado (2.7) e confirmado (25.9) bispo de Viseu; tomou posse por procuração em 1 de Novembro e em 25.1.1863 fez a sua entrada solene na Sé da cidade. Não foi menos polémico como prelado do que como político. Em Roma, onde se deslocou em 1863 para a comemoração do centenário de São Pedro, recusou-se publicamente, com grande escândalo diplomático, a assinar uma mensagem ao Papa em que os demais bispos ali reunidos faziam votos pela perpetuação do poder temporal e pela consagração da infalibilidade do Pontífice. Data da remodelação do governo Loulé em 21.2.1862 a sua distanciação tanto dos históricos da «unha branca» (moderados) como da «unha negra» («radicais»). O «radicalismo» de Alves Martins, influenciado pelo catolicismo liberal de Laménais, preocupado com o sofrimento do povo miúdo e desvalido, admitia os «acordos políticos com indivíduos de diferentes opiniões políticas» (sessão de 17.3.1862); desde 1851 que se tinha «vivido disso» – «já não há política exclusiva. E Deus nos livre de política de exclusivismo» (*idem*). A «unha negra» de Lobo de Ávila pensava precisamente o contrário, e demoveu Loulé a expelir o futuro duque de Ávila e os ministros «avilistas» do Governo, que tinham o apoio do «grupozinho» de Alves Martins. Quando o governo Loulé – Lobo de Ávila se apresentou no Parlamento, sentiu-se trespassado por «uma faísca eléctrica» e possuído de «assombramento»: declarou-se em «expectativa» e, até ver, «dissidente». Num clima de recrudescimento «radical» desencadeado e adensado pelos

sucessivos episódios da questão religiosa – a concordata com Roma (1853-1857), as Irmãs da Caridade (1858-1862) e o casamento civil (1865-1867) –, e exacerbado pela crise económica e financeira de 1867, os históricos foram perdendo a capacidade de enquadrar e controlar a agitação social muito politizada que lavrava especialmente em Lisboa, e que se exprimiu, na década de 1860, nas primeiras manifestações de «Masspolitik» e numa multiplicação de clubes políticos de que o Pátio do Salema ou Clube dos Lunáticos foi o mais célebre. Deste saiu, em 18.6.1867, o manifesto do depois chamado Partido Reformista, a poucos meses da queda da Fusão (da «unha branca» dos históricos com os regeneradores) que governava desde 4 de Setembro de 1865. Alves Martins, que entretanto perdera o lugar de deputado por incompatível com o bispado (parecer parlamentar aprovado na sessão de 17.1.1863) e fora elevado a par do Reino em 26.1.1864, manteve-se de fora da Fusão. Derrubada esta pela Janeirinha, sucedeu-lhe (4.1.1868) um gabinete reformista muito moderado pela presidência do futuro duque de Ávila. Experimentou-se então, em 22.7.1868, uma fórmula reformista mais vigorosa com a nomeação da dupla Sá da Bandeira – bispo de Viseu, o primeiro para a Presidência e Guerra, o segundo para o Reino e interinamente na Justiça. O estandarte ministerial eram as «reformas» e as «economias», mas o gabinete acabou por se esvair em infrutíferas tentativas para melhorar o crédito público, sanear as finanças e reformar a administração do Estado (11.8.1869). Alves Martins voltou ao poder (29.8.1870-29.10.1870), de novo com Sá da Bandeira e o futuro duque de Ávila, após a queda do governo empossado pelo golpe de Estado militar conhecido por Saldanhada (19.5.1870). Desta vez acumulou o Reino com a Instrução Pública, um ministério emblemático das aspirações «radicais» da época e que tinha sido criado por Saldanha (22.6.1870) para satisfazer o séquito populista de que se rodeara no Governo. Ainda transitou com a pasta do Reino para o novo governo de 29.10.1870, em que o futuro duque de Ávila e o seu fiel Carlos Bento, detendo metade das pastas, ensaiaram a última tentativa para governar em aliança com uma parte do «radicalismo». Alves Martins retirou-se em 30.1.1871. A efervescência política, a desordem dos partidos, a proliferação de clubes e a instabilidade ministerial que tinham marcado a segunda metade da década de 1860 demonstraram quer a impossibilidade de governar em aliança com uma parte do «radicalismo», quer de este se unir e constituir em alternativa de governo. A década de 1870



Estátua de homenagem a D. António Alves Martins na cidade de Viseu

dá lugar a uma nova arrumação partidária. Durante a primeira longa administração de Fontes Pereira de Melo, são fundados os partidos Socialista em 1875 e Republicano em 1876. Históricos e Reformistas convencem-se então da necessidade de formar um só partido capaz de alternar com os Regeneradores no poder. Desaparecido o chefe histórico Loulé (8.1.1875), nasce da fusão daqueles dois, celebrada pelo Pacto da Granja de 7.9.1876, o Partido Progressista. O bispo de Viseu assinou o Pacto pela parte do Partido Reformista. Depois disso, afastou-se da política e voltou-se para os seus trabalhos pastorais. Morreu aos 74 anos no Paço Episcopal de Fontelo, vitimado por pneumonia dupla. Vários bispos se recusaram, concertada e sucessivamente, a rezar missa por sua alma. Apenas o bispo de Bragança, velho e muito debilitado, se prestou a encomendá-lo a Deus.

M. Fátima Bonifácio

Dicionário biográfico parlamentar 1834-1910 – coord. Maria Filomena Mónica.
Lisboa: Assembleia da República, Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa, 2005. Vol. 2, p. 768-771.

Bibliografia

1. *Grandes questões de economia social tratadas por MM. Thitti e Lamenaís, postas em vulgar*, Porto, 1841; *O nove de Outubro, ou breves considerações sobre a última guerra civil. Por um liberal*, Porto, 1849.
2. *Quem é o sr. Alves Martins? Opúsculo biográfico-político*, Coimbra, 1869; *António Alves Martins, bispo de Viseu* – Esboço biográfico, Porto, 1870; Alves Mateus, *Oração fúnebre do bispo Alves Martins*, Lisboa, 1882; José Augusto Pereira, *D. António Alves Martins, Traços da sua vida* (dois folhetos), Viseu, 1933; A. *Alves Martins, Traços da sua vida*, Lisboa, 1933; Ramalho Ortigão, «Alves Martins», in *As Farpas*, III, Lisboa, 1943; Camilo Castelo Branco, *Perfis biográficos*, XXX, Porto, s.d.

1842 - Clemente
15
2374

ELOGIO FUNEBRE
DE
SUA Magestade Imperial,
O Senhor
D. PEDRO,
DUQUE DE BRAGANÇA:

RECITADO

NA REAL CAPELLA DA LAPA DO PORTO, NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 1842; 8.º ANNIVERSARIO DA SUA MORTE:

por

Antonio Alves Martins,

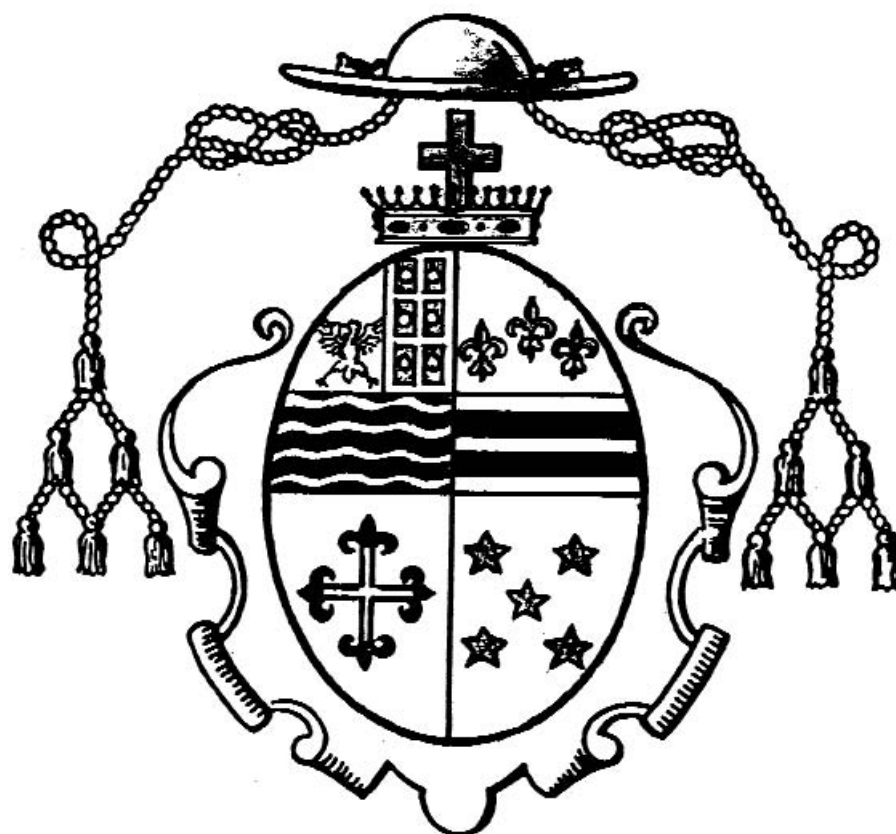
Doutor na Sagrada Theologia, Professor de Geographia, Chronologia, e Historia no Lyceo Nacional do Porto, etc.



PORTO.

Typographia da Recisio.

1842.



Armas de D. António Alves Martins
Bispo de Viseu